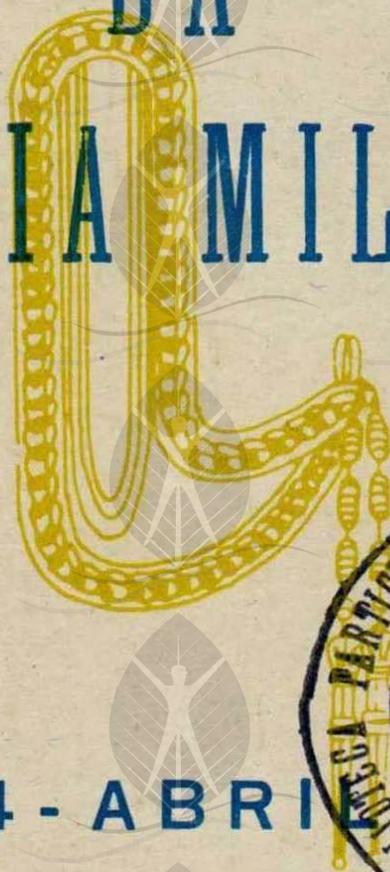


ELOGIO HISTÓRICO
DA
POLICIA MILITAR



4 - ABRI



1837

1973

ESTADO DO AMAZONAS



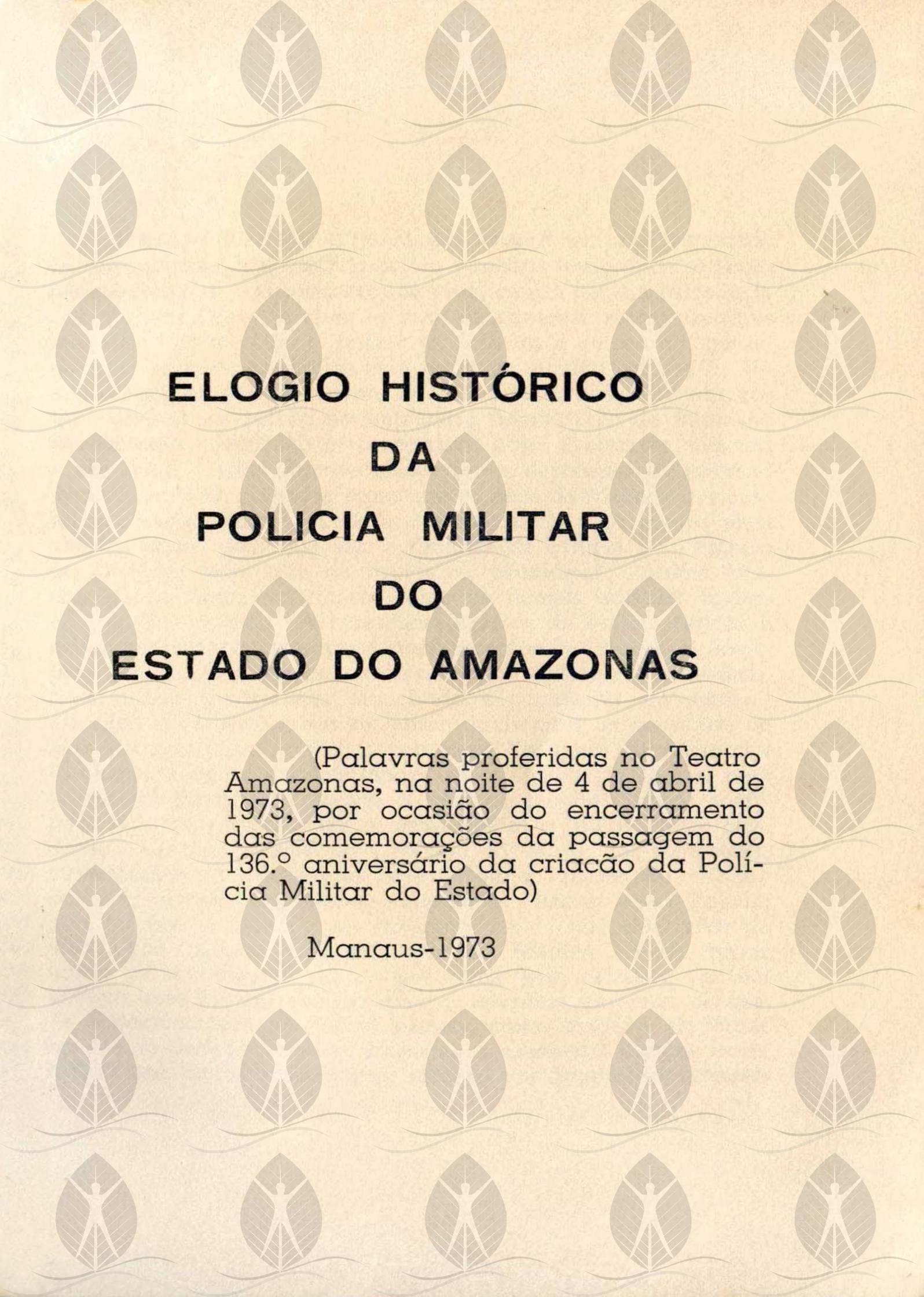
GABINETE DO GOVERNADOR

A CHEFIA DA CASA MILITAR DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, prestando justa homenagem ao eminente historiador amazonense, Professor MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO, mandou editar esta palestra, proferida pelo ilustre mestre no Teatro Amazonas, no dia 4 de abril de 1973, 136.º aniversário de criação da POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, a qual bem reflete as atividades da tradicional e heróica milícia amazonense, no decurso de sua longa e gloriosa existência.

Manaus, abril de 1973

Pedro Rodrigues Lustosa

Ten Coronel – Chefe



**ELOGIO HISTÓRICO
DA
POLICIA MILITAR
DO
ESTADO DO AMAZONAS**

(Palavras proferidas no Teatro Amazonas, na noite de 4 de abril de 1973, por ocasião do encerramento das comemorações da passagem do 136.º aniversário da criação da Polícia Militar do Estado)

Manaus-1973

Dizem os teóricos da psicologia infantil que a sensibilidade da criança apreende com a precisão de chapa fotográfica os acontecimentos mais insignificantes da vida, com a mesma frequência com que lhe ficam na alma os mais chocantes e constrangedores episódios que mais tarde podem ter influência no seu comportamento. Tinha eu quase dois anos de idade quando em 1910 a família procurou refúgio nas matas de São Raimundo, fugindo, como centenas de outras, ao impiedoso bombardeio de Manaus. Bombardeio injustificado e inexplorável hoje, decorridos sessenta e três anos, e cujo objetivo maior era a deposição do governo Bittencourt. As granadas cruzavam os céus de Manaus, levando no seu trágico assobio a morte e a destruição. Os pontos mais visados eram, pelo que sei, o Quartel da Polícia e o Palácio do Governo hoje sede da Prefeitura Municipal. Ambos ficaram parcialmente destruídos, como os demais edifícios ínsitos na rota dos projetis. A resistência heróica da Polícia Militar e a insensatez dos mandantes daquela hecatombe levaram o desespero aos lares pacíficos, ceifando vidas inocentes, destruindo propriedades particulares, impelindo a população em pânico. De nada disso me lembro eu, porém mais tarde as conversas de meu pai aclararam episódios nebulosos, trazendo do plano das distâncias a figura daquele alferes João Taveira de Farias, nosso parente, herói de Canudos. Cresci no remanso dessas confidências, vendo a parentela ostentar galões e títulos, todos eles, desde o coronel Afonso de Carvalho ao último dos Benevides, tradicionalmente oficiais da Polícia Militar do Estado. Tenho por isso mesmo uma efetiva simpatia à história dessa Polícia, pois foi nos ombros de um milicano, com quase dois anos de idade, que fugimos ao bombardeio de Manaus. Pode haver muito de sentimentalismo no que refiro pela primeira vez em público, mas foi isto que me levou a vasculhar arquivos, perquirir o documentário de velhos jornais, numa tentativa de situar no seu verdadeiro conceito histórico a existência secular dessa milícia que tantos e tão nobres serviços tem prestado à coletivi-

dade, sem outra compensação que a satisfação do dever cumprido. Assim, meus senhores, aqui estou eu, filho de capitão da Guarda Nacional, bisneto de capitão de Granadeiros, pai de um oficial-médico do glorioso Exército nacional, tentando dizer-vos, em palavras simples, despojadas de artifícios, que não me satisfiz com escrever a história da Polícia Militar a partir da formação do Regimento, ao tempo de Eduardo Ribeiro. Uma curiosidade temperamental e estética, aliada à gratidão do infante de ontem, me fez descer ao passado onde pacientemente recolhi informes seguros que viessem conferir à nossa milícia uma existência profícua de 136 anos de bons e leais serviços prestados à população do Estado, desde os idos da Província. Foi a 4 de abril de 1837 que o Governo Imperial criou a Guarda Policial. Se não fosse ameaçar a paciência vossa com o relato minucioso desses eventos, estenderia a história. O famoso Corpo de Trabalhadores, instituído pela lei provincial de 25 de abril de 1838, não eliminou a Guarda Policial, mas apenas substituiu-a enquanto aquela não se organizava nos moldes dos batalhões de primeira linha. O certo é que a Guarda Policial veio substituir, não de fato, mas de direito, à Guarda Nacional revoltada a 7 de janeiro de 1835, pelo que foi dissolvida. Ora, o Corpo de Trabalhadores era perfeitamente militarizado, composto de doze Companhias, jurisdicionado pelas patentes de primeira linha ou seja o Exército. O que é particularmente interessante é que esse Corpo de Trabalhadores atuava em dois planos: no militar, como sentinela viva das fronteiras e guarnições na capital, vilas e povoados e nos presídios militares e civis; e no civil como fator de obras civis públicas e particulares. Os elementos desse Corpo eram recrutados por três meses, não mais, quando requeriam baixa do serviço. Poderiam engajar pelo tempo que desejassem e muitos deles tiveram vitaliciedade na tropa, passando à Guarda Nacional quando esta foi estruturada novamente, ou ficando nos quadros da Guarda Policial. Recebiam o equivalente às praças de pré, ou em moeda legal do país, ou

em espécies, ou seja farinha, peixe seco, tartarugas, manteiga de ovos de tartaruga para a luz doméstica e a cozinha. Esse Corpo de Trabalhadores foi absorvido pela Guarda Policial, aos poucos, quando esta adquirisse expansão, incorporando mais elementos até constituir dois batalhões com o efetivo de 1.339 praças. Todavia, o sistema inoculado de assistência pública civil não se alterou e podemos encontrar a Guarda Policial naqueles idos socorrendo aos ribeirinhos, pescando troncos de cedros nos rios para as obras públicas e para ajudar os pobres a edificar, pescando e caçando para o mercado comum, fazendo ajuris de roçados, — enfim promovendo, meus senhores, o progresso paralelo à sua destinação militar. Não vos estou referindo estas coisas por mero desfastio de erudição histórica, mas pretendendo inculcar-vos a noção exata e pertinente do papel do soldado naquele tempo e forçando um paralelo com as atribuições conferidas ao soldado dos nossos dias. E dizer-vos que a assistência que hoje a Polícia Militar do Estado concede ao civil em áreas de estrangulamento social, confere-lhe a simpática formação moral recebida daqueles genuínos caboclos, nossos ancestrais, pois eram caboclos verdadeiros, índios civilizados, os valentes soldados que vos precederam na conquista e manutenção das nossas fronteiras. Ouvi de pouco, na cadeia de televisão, a um dos vossos competentes oficiais a palavra mensageira dessa afinidade. Dizia ele que a Polícia Militar não quer ser, não deseja ser aquele organismo circunscrito à correição pública, aquela instituição fechada, fadada a trazer apreensiva a alma do civil. Enumerava os serviços prestados ao povo em horas mortas, quando a cidade dorme e certas almas aflitas buscam socorros médicos ou outros, clamam por auxílio, na cidade e nas estradas desertas. Esta é realmente uma parte, a parte humana do soldado, é a convicção de que a nobreza de caráter, a justiça de princípios não está apenas do lado desarmado, do lado pacífico, do lado do povo, na satisfação dada à sociedade. É a convicção de que o organismo militarizado deve entreter rela-

ções mais estreitas com o cidadão sem perder a sua dignidade de sentinela da lei e da ordem. Estamos muito distanciados de 1837, mas apenas na relação do tempo planetário. De fato, a Polícia Militar do Amazonas nunca traiu os seus compromissos com o povo, nunca se recusou deslocar-se para atender ao chamado da Pátria. Sua história, pouco conhecida e pouco divulgada, não é apenas local, não é apenas circunscrita e defesa ao Quartel. Essa história está ainda sangrando nos campos devastados do Paraguai, nas estorricadas caatigas de Canudos, na fronteira litigiosa Amazonas-Pará, em certos movimentos revolucionários internos, de 1892, 1910, 1924, 1930, marcando com a sua presença a presença do Amazonas, a presença cívica do povo. Mas somente ostensivamente? Não. Devemos ter uma palavra de simpatia para com aqueles soldados anônimos que durante a Província guarneçiam as nossas fronteiras distantes, os presídios militares e civis, e a quem as noites, os dias, os meses não demudavam o caráter, não amofinavam o zelo, não empeciam a moral. Verdadeiros heróis do silêncio, às vezes morriam abraçados ao silêncio, febrentos, agônicos, os olhos felizes bebendo a alegria triunfante que cantava alto nas dobras do pavilhão nacional. Heróis mudos da Pátria! trouxestes à nossa Polícia Militar as glórias que não foram decantadas, mas eu imprimo na comovente comemoração dessa história singular a saudade do vosso destemor caboclo, da vossa bravura moral. Estais aqui em espírito, vós que ajudastes a manter a hegemonia territorial, vós que contribuistes com o sacrifício e a renúncia para manter interrégima a dignidade da nação, para que nós outros nos sentíssemos felizes e seguros nos braços desta Pátria feliz.

Meus senhores, não estou predestinado a historiar os quadros ostensivos da participação social da nossa Polícia Militar. Mas o que a minha pobre eloquência e os meus escassos conhecimentos da sua história me concedem, concorrem para trazer maior ênfase a esta comemoração. Digo-o porque fui testemu-

nha de certos fatos progressos. Quando menino e escoteiro, fui bastas vezes guarda-de-honra, neste Teatro, em comemorações cívicas, daquele pavilhão do Amazonas, pavilhão que as damas da nossa sociedade entregaram como um penhor de honra ao comandante Cel. Cândido Mariano, pavilhão que drapejou em Canudos e voltou com as gloriosas escaras vermelhas das batalhas. Quando não bastassem as participações da nossa Polícia Militar em certos eventos, bastariam as sangrentas campanhas do Paraguai, de Canudos e do Acre para patentear o valor dos nossos irmãos. Lamentamos apenas que haja tão pouco que dizer da atuação dos amazonenses natos no Paraguai, mas posso garantir-vos que os seus atos de bravura não foram esquecidos e que deles resta a memória aureolada de sangue. O Corpo de Voluntários da Pátria fora criado por decreto nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865, quando a Guarda-Policial estava em crise, quase desaparecida pelo sangue novo trazido pela Guarda Nacional, que absorvera aquela, em parte, pelo menos na capital. Para dirigir o serviço de inscrição de voluntários fora nomeada na Província uma comissão composta pelos majores da antiga Guarda Policial e depois da Guarda Nacional, Francisco Antônio Monteiro Tapajós, João José de Freitas Guimarães e João Martins da Silva Coutinho, este vindo da primeira linha. Seguiram naquele 1865 63 voluntários, todos amazonenses, no vapor "Tapajós", a 27 de fevereiro, com uma parte do contingente do 5º Batalhão de Infantaria aqui sediado. Toda a guarnição do interior ficou a cargo da Guarda Nacional ainda muito reduzida e da Capital. Daqueles elementos da antiga Guarda Policial que se sobressairam na campanha do Paraguai, por atos de bravura, citaremos o 1º tenente do Batalhão de Infantaria Luís Antony, que seria galardoado com o posto de capitão da 6ª Companhia, pela sua atuação no combate de Itapiru; 2º tenente de Artilharia Henrique Antony de Albuquerque, para o posto de 1º tenente do mesmo batalhão; 1º tenente de Artilharia Menandro Leandro Monteiro Tapajós, para capitão da 2ª Companhia do 4º

Batalhão de Infantaria; alferes Joaquim Benjamim da Silva, para 1º tenente do mesmo batalhão. Este morreu em 16 de julho de 1866, no combate do Capão do Pires. Era natural de Parintins, onde nascera. outros vindo da Guarda Policial, se alistaram de voluntários: Joaquim José Pais da Silva Sarmiento, nascido em Manaus a 7 de outubro de 1845. Quando segundo-tenente da Guarda Nacional e da Guarda Policial, acompanhou um contingente de voluntários ao Rio de Janeiro, onde permaneceu, no forte de São João; Pedro Luís Simpson, natural do Amazonas, oficial da Guarda Nacional e da Guarda Policial bateu-se várias vezes, sendo condecorado por atos de excepcional bravura, inclusive pela Argentina. Ainda existem parentes desse cidadão, em Manaus ou no Rio de Janeiro. Vitor da Fonseca Coutinho, nasceu em Borba, rio Madeira, a 12 de abril de 1812. Na idade de quatorze anos apenas entrou para a Guarda Policial no posto de cabo, conseguindo as divisas de alferes quatro anos depois. Parece que esse soldado foi o mais completo de quantos, vindo da Guarda Policial, alcançou o sangrento episódio da guerra contra o Paraguai. Aos 23 anos combateu em 1835 contra os Cabanos, na célebre guerra da Cabanagem, em Gurupá, Tauapeçaçu, Maués, Manaus e Borba, sob as ordens de Ambrósio Aires, o feroz Bararuá. O episódio talvez mais brilhante de sua carreira militar em Manaus foi quando, para defender a cidade, reuniu 50 homens da milícia e com a ajuda do tenente Zacarias Peixoto, também da Guarda Policial, enfrentou as forças de Miguel Apolinário Maparajuba. Por esse ato de bravura foi confirmado no posto de alferes e nomeado para defender Borba, fazendo-o com tanto valor que os Cabanos não conseguiram fortalecer-se ali. Até bem pouco tempo mostrava-se aos visitantes a longa e profunda trincheira, verdadeiro socavão, onde os legais se postaram e defenderam a cidade. Não lhe sendo permitido pelo Presidente da Província seguir com os voluntários ao Paraguai, ficou em Manaus organizando os postos de alistamento e viajando para o interior

com a mesma incumbência, chegando ao posto de coronel da Guarda Nacional, quando esta estruturada pela segunda vez, em Itacoatiara e Borba. Deixou numerosa descendência.

Também no caso mais conhecido da conquista do Acre, os documentos ainda permanecem envoltos em certa penumbra, nos arquivos do Itamarati. Entretanto, é do conhecimento de quase todos nós, que no governo do coronel Silvério José Nery, este fez recolher dos armazens de Manaus armas e munições em quantidade e ordenou a ida de vários contingentes ao teatro de operações. Também o fato não foi ainda bem explorado, sabendo-se que pela Constituição Brasileira de ontem e de hoje, nenhum Estado pode tomar parte ostensiva em conflitos com países estrangeiros. Mas o Amazonas tomou, para salvaguardar não somente o nosso poderio econômico como também para arrancar do domínio do estrangeiro terras que estavam sob nossa ocupação mansa e pacífica e para desafrontar a honra dos nossos irmãos maltratados, fuzilados sem outro crime que serem brasileiros.

Meus senhores, esses fatos mal contados, ainda não suficientemente explicados e explorados nas suas minudências, nos contaminam de orgulho, nos envaidecem, nos enchem de entusiasmo porque nos conduzem à certeza imediata de que nossos soldados não se eximem diante do perigo, não recuaram nunca quando a terra e a gente pediu-lhes o sacrifício da própria vida. Tornamos a lamentar que tantas glórias conquistadas não possam ainda ser contadas, mas nos satisfaz o regosijo de saber que os troféus levantados no Acre tiveram de ser incinerados para encobrir da censura internacional o fato pitoresco e a grande novidade de um Estado derrotar forças regulares muito mais bem armadas e municionadas. Os episódios gloriosos da nossa milícia se repetiriam ao depois na rixa com o Estado do Pará, mas a nossa sensibilidade de brasileiros prefere esquecer aquela triste ocorrência, precisando nós apenas que mais uma vez voltamos da luta cobertos de glórias. Quando a História

ocupar-se mais demorada e profundamente com essas glórias, havereis de ver que muitos outros oficiais e soldados honraram lá fora o nome da terra mater e da sua corporação, merecendo citados, merecendo distinguidos pela memória. Mas se nos falta vagar para elencar esses nomes e seus feitos, que toda aquela pujante bravura seja representada em nome e efígie pelo coronel Cândido Mariano. Ele representa bem a estatura moral do soldado e honra por si só a galeria daqueles companheiros de farda que caíram nos campos do Paraguai e em outras campanhas anteriores e posteriores, aureolados pela fama, sem outro interesse que a defesa do nosso patrimônio físico e moral, da nossa terra, da nossa gente. Aí tendes o exemplo mais dignificante e mais epopéico de quantos perduram nos anais desse secular organismo militar. E fizestes bem exalçando a memória daquele valente soldado. Fizestes justiça, reparando a injustiça de quem foi tão miseravelmente conspurcado na sua moral espartana. Depois de glorificar a nação, o homem que devolveu ao Estado as sobras do numerário levado a Canudos é contaminado pela baba dos pequeninos, insultado pelos políticos. Aquele que não tremou nas refregas de Canudos, deveria chorar armargamente, de medo da rastejante calúnia que ameaçava a sua vida impoluta de militar. Cândido Mariano, vosso patrono, é o exemplo do hoplita, empreendedor, disciplinado, honesto, cuja voz de comando inflama e arrebatava. Ele incorpora a alma dos comandantes do passado à alma dos de hoje, é um traço-de-união que aproxima e reúne a mesma coerente satisfação do cumprimento do dever. Representa para nós outros a mesma tradição militar dos comandantes Albino dos Santos Peireira, João Henriques de Matos, Pedro Henrique Cordeiro Júnior, Artur César Moreira de Araújo, Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, Pedro José de Sousa, Raimundo Sinésio Benevides, os do passado distante e os do passado recente, os que trouxeram à Polícia Militar do Estado melhoramentos de toda ordem e de que salientamos: construção do Quartel novo à pra-

ça de Dom Pedro Segundo e mais tarde o da praça da Constituição, aumento de efetivo, formação do Regimento Militar, constituição do Corpo de Bombeiros, aquisição de armamento moderno para a época, embelezamento do Quartel e da praça fronteira, numa visão ampla em que o material se une ao estético, o bom-gosto interfere com o racional. Ali estão aquelas armaduras pesadas, de estilo medieval, as panóplias refulgentes com armas primitivas de combate corpo-a-corpo, da época da Cavalaria, para ensinar e não somente para adornar. Ali estão os dois sentinelas Zuavos de ferro fundido, restos do que a França exportou para Manaus durante o apogeu da borracha. Vê-se que houve uma preocupação estética e didática, fruto da inteligência daquele grande administrador que foi o coronel Adolfo Lisboa, que não somente se mostrava um militar competente no comando da briosa corporação, mas uma completa formação humanista, douto e admirador das coisas belas, haja vista as estatuetas de ferro fundido, o belíssimo quiosque já defraudado em muitas peças, a gruta bucólica que foi destruída, um sem número de coisas úteis que faziam daquela praça, em outros tempos, um dos recantos preferidos pela sociedade, que ali ia escutar aos domingos Mozart e Beethoven, Carlos Gomes e Stradella, etc. Havia um museu dotado de muitas peças, equipamentos, canhões, fardas agaloadas, quadros de batalhas, retratos de heróis nacionais a óleo, e sobretudo isto a bandeira nacional crivada de metralha e gloriosamente suja do sangue dos mártires de Canudos. Pouco resta daquele museu, mas assim mesmo o que ainda resta é digno de ver-se, de conhecer-se, de estudar-se. Lastimável, meus senhores, é que a juventude das escolas não se dirija àquele museu histórico para aprender, para conhecer parte do nosso passado, para fortalecer o civismo. E não é por culpa exclusiva do comando, que tem abertas as portas do Quartel, e sim por culpa nossa, de quem responsável pela educação e pela instrução da juventude. Está-se vendo o rol de atividades demonstrativas,

tanto ontem como hoje, e hoje ainda mais necessárias para enfrentar a multiplicidade de problemas advindos com a soltura de costumes, o aumento da população, o progresso absorvente.

A rádio-patrolha veio substituir a ronda montada, aquela ronda diurna e noturna que era o terror dos rixentos, até mais ou menos a década dos trinta, ronda montada que aparece já em 1876 com oito guardas policiais, por iniciativa do presidente da Província dr. Antônio dos Passos de Miranda. A polícia rodoviária surge como uma necessidade inadiável de controlar a evasão viária, já que as estradas abriram novos caminhos à propagação de atividades honestas e também prejudiciais. Mas quando falamos no Corpo de Bombeiros, é preciso salientar que a sua criação fora um impacto na cultura regional da cidade. Vê-se que Manaus, mesmo ao tempo da Província, não desejava ficar aquém do progresso solicitado por outros organismos em outras capitais como a Corte. O sempre falado Comandante Nuno Alves Pereira de Melo Cardoso, o nosso primeiro Capitão-dos-Portos e mais tarde Presidente da Província, foi quem a 11 de julho de 1876 mandou observar o que a Comissão nomeada disse a respeito de “um serviço de extinção de incêndios”. A portaria expedida a 11 de julho de 1876 dava como chefe daquele serviço o Diretor das Obras Públicas, que era militar. O serviço compunha-se então de um guarda e um ajudante, com a gratificação mensal de trinta e de quinze mil réis mensais, respectivamente, cujo trabalho era conservar as bombas e auxiliarem o serviço, feito por todos os militares, sem distinção. Nesse interregno até abril de 1876, só houve dois incêndios em casas de palha do bairro dos Remédios. A bomba foi adquirida no princípio de 1875 e custou a quantia de 1:800\$000 réis. Filtrando a história, o povo de então deve de haver ficado entusiasmado com uma técnica que revolucionou a rotina, pois a água viajava de mão em mão, em latas, tirada dos carros-pipas dos aguadeiros, ou de algum igarapé próximo. Uma luta tenaz pela sobrevivência, nem sempre feliz.

A Guarda Policial trouxe esses melhoramentos, mas quando se fala num Corpo de Bombeiros mais bem organizado não se deve esquecer o nome do coronel Ramalho Júnior, que mandou vir de Gênova o equipamento mais moderno e tido à época como dos melhores e mais práticos: carros-pipas com bombas manuais puxados a cavalos, e ordens saídas dos bocais dos clarins, ordens melancólicas, tristes, que impeliam os soldados do fogo contra os sinistros pavorosos, numa batalha em que muitos deixaram a vida e outros saíram feridos, a fim de que a propriedade alheia ficasse a salvo. É quando aparecem as primeiras escadas Magirus. Não omitamos que os cascos dos bombeiros atuais, cinturões, chaves, machados, piques, lembram aqueles pioneiros do fim do século, atarefados em retirar gente de poços d'água, caçar corpos de afogados, salvar crianças e velhos, toda uma teoria de trabalhos e de sacrifícios em que se empenhavam pelo dever e pelo espírito de humanidade, tal como sucede nos nossos dias. A história está implexa desses exemplos e de outros em que a nossa Polícia Militar atuou sempre na vanguarda, merecendo da opinião pública as melhores referências, adquirindo aquele conceito em que é tida ainda hoje. Pois foi a necessidade de ampliar os seus domínios de atuação que levou o então marechal Deodoro da Fonseca a baixar o decreto de 13 de janeiro de 1890, que dissolveu a Guarda Policial e criou o Batalhão Policial com o efetivo de 400 homens, regido pelo Regulamento do Exército. Os elementos da extinta Guarda Policial formaram uma Companhia anexa ao Batalhão, a fim de completarem o tempo de serviço. Como se verifica, o efetivo baixou de número, quando sabemos que era antes de 1.339 praças. Mas em 1895 aumentou para 963 homens. Dois anos depois esse Batalhão Policial era extinto pelo Decreto nº 170 e criado o Regimento Militar do Estado, composto de dois Batalhões de Infantaria, um Esquadrão de Cavalaria e uma Companhia de Bombeiros, com o efetivo de 982 homens. Já em 1908 o Regimento foi extinto pela Lei nº 991, de 20 de ja-

neiro e organizado o Batalhão Militar do Estado, voltando ao efetivo de 420 homens. Torna a ser Regimento em 1911 com o efetivo de 701 integrantes distribuídos em dois Corpos de Infantaria, uma Bateria de Artilharia, um Esquadrão de Cavalaria e uma Companhia de Bombeiros. É significativa essa reforma de 1911. Podeis justificá-la pela berrarda de 1910, quando o coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt foi deposto e Manaus bombardeada impiedosamente. Ele voltaria empossado, apoiado pelo Governo da República e tomaria medidas que evitassem a conspiração da ordem. Não podemos acompanhar nesta simples palestra essa constante alteração no nome da Corporação e no seu efetivo: ora Regimento ora Polícia, o certo é que ainda em 1911 o efetivo subiu para 1.463 elementos, sendo extinto em 1913 e criado o Batalhão de Segurança com apenas 510 homens! pouco mais do que o efetivo de 1871, quando novamente extinto o Corpo Provisório de Guardas Nacionais por ato de 28 de outubro, do então Presidente Domingos Monteiro Peixoto. Essa medida possuía estrita relação com a sangrenta campanha do Paraguai. No dia 24 de julho de 1870 chegaram a Manaus os 55 sobreviventes de um Corpo de 871 praças enviadas àquela conflagração, sob o comando do capitão honorário Marcelino José Nery, Corpo dissolvido no dia 26 do mesmo mês e ano. Ficava a Província a braços com a responsabilidade de guarnecer não somente a capital como as vilas, povoados e presídios distantes, por isso em 1871 já se falava na recriação da Guarda Policial, para substituir a Guarda Nacional. O Presidente Antônio dos Passos de Miranda achava inadiável essa necessidade e estabelecia um plano provisório para a Guarda Policial, que ficaria composta de 80 a 100 homens. A Lei nº 339 de 26 de abril de 1876, que recriava a Guarda Policial veio portanto em decorrência daquela necessidade alegada. Foi seu comandante o major do Exército Severino Eusébio Cordeiro e ajudante Marcelo José Pereira Guimarães e o governo do Império contribuía com a verba anual de 35:000\$000. Por aí

vai a história da nossa Polícia Militar até nossos dias, mas em 1972 o efetivo passou a 1.200 homens, com tendência para 1.700. Eu calculo a dificuldade imposta pelos serviços novos inaugurados e pelo aumento de população e de estabelecimentos públicos, industriais, comerciais e particulares, que exigem uma atividade mais intensa e um desdobramento de policiamento à altura do crescimento horizontal e vertical da cidade, além daqueles compromissos que a Polícia Militar possui no interior do Estado. É por isso que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado tem se empenhado arduamente para conseguir um equipamento moderno e expressivo para o nosso Corpo de Bombeiros, e os senhores Comandantes da Corporação não têm medido forças para ampliar as normas de policiamento e de atendimento ao povo, naquela faixa de interesse social que não mais pode desvincular o público, já que ele necessita sempre, como vimos, da presença ostensiva de segurança, do auxílio em circunstâncias difíceis. Meus senhores, chegamos ao fim deste paleio, em que não me ocupei, como historiador, da história seca dos fatos, sempre monótona, mas dos eventos principais que honram a nossa milícia. A mim me coube a honra de falar-vos, mas ainda é a criança de quase dois anos de idade que agradece o auxílio que lhe proporcionou, em 1910, aquele miliciano mandado em socorro da minha família. Ele me ouve, debruçado sobre uma nuvem branca, branca como a sua alma e a saudade daquilo que eu não compreendia na minha inocência e ingenuidade, mas que se gravou na minha sensibilidade e hoje adquire para mim maior valor, o valor dos grandes gestos humanos e heróicos.



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA